

**O discurso sobre gênero em *Revolução Laura*:
considerações sobre a escrita de si e estética da existência**

*The genre discourse in *Revolução Laura*:
considerations about self-writing and aesthetics of existence*

Cristiane Navarrete TOLOMEI¹
Lorena ARAÚJO²

Resumo

Este artigo propõe analisar o discurso sobre gênero na autobiografia *Revolução Laura: reflexões sobre maternidade e resistência* (2019), de Manuela d'Ávila, de acordo com as noções sobre técnicas de si e estética da existência, a fim de compreender como a autora da obra se insere na ordem do discurso. Destaca-se na obra uma preocupação sobre o local da mulher nos espaços públicos, sobretudo, após a maternidade, como é caso da vida da autora, que revela as dificuldades de ser participante ativa na vida política quando se é mãe na ocupação de espaços, majoritariamente, dominados pelos homens. Para isso, como fundamentação teórica, utilizamos os estudos de texto e discurso sob a perspectiva de Orlandi (2013) e Foucault (2004); as noções de estética do sujeito e escrita de si, também na perspectiva foucaultiana, além de Phillippe Leujeune (2014) em relação ao gênero autobiográfico; e reflexões sobre gênero e maternidade, com base em Beauvoir (1970), Ribeiro (2019) e Badinter (1985).

Palavras-Chave: Manuela d'Ávila. *Revolução Laura: reflexões sobre maternidade e resistência*. Gênero. Escrita de si. Estética da existência.

Abstract

This article proposes to analyze the discourse on gender in the *Revolução Laura: reflexões sobre maternidade e resistência* (2019), by Manuela d'Ávila, according to the notions about techniques of self and aesthetics of existence, in order to understand how the author of work falls within the order of discourse. The work highlights a concern about the place of women in public spaces, especially after motherhood, as is the case in the author's life, which reveals the difficulties of being an active participant in political life when one is a mother in the occupation of spaces, mostly dominated by men. For this, as a theoretical foundation, we used text and discourse studies from the perspective of Orlandi (2013) and Foucault (2004); the notions of subject aesthetics and self-

¹ Pós-doutora em Fontes Primárias e História Literária pela Universidade Estadual Paulista/UNESP e pós-doutora em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo/USP. Professora do Programa de Pós-graduação em Letras (PGLB/UFMA). E-mail: cristianetolomei@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT), da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: looaraujo95@gmail.com

writing, also in the Foucaultian perspective, in addition to Phillippe Leujeune (2014) in relation to the autobiographical genre; and reflections on gender and motherhood, based on Beauvoir (1970), Ribeiro (2019) and Badinter (1985).

Keywords: Manuela d'Ávila. *Revolução Laura: reflexões sobre maternidade e resistência*. Genre. Writing of you. Aesthetics of existence.

Introdução

Tendo em conta a correlação entre ações, valores, sentidos e significados, junto às dimensões de tempo e espaço, compreende-se o estudo das subjetividades como um fator contribuinte para verificar as diferentes percepções da vida e para a constituição de saberes. É nesse sentido que se propõe uma análise do discurso sobre gênero na autobiografia *Revolução Laura: reflexões sobre maternidade e resistência* (2019), de Manuela d'Ávila, tomando por base as noções sobre as técnicas de si e estética da existência, a fim de compreender como a autora da obra se insere na ordem do discurso. Na literatura, portanto, torna-se relevante a compreensão estética do discurso a partir da análise do que se diz e como se diz; a sua organização, por sua vez, é examinada na sua intencionalidade e nos tipos de discursos.

No contexto desse estudo, faz-se necessário pensar a respeito de que mulher se está falando. Manuela escreve sobre seu ativismo político, quando mais jovem, até a campanha presidencial na qual concorreu como vice, problematizando a forma em que se dá a ocupação de espaços públicos e políticos por mulheres, ao mesmo tempo em que reconhece seus privilégios. Ao tratar de privilégios, embora a autora não aprofunde nos fundamentos do assunto, ela reconhece, para o leitor, que suas condições de existência favorecem o seu posicionamento de luta e participação política; apesar disso, cai no equívoco, vez ou outra, de voltar aos discursos normativos e totalizantes do sujeito.

Consideram-se as demais possibilidades de ser mulher no contexto brasileiro, assumindo o viés interseccional para este estudo, tendo em conta que, a partir da segunda metade da década de 1970, a categoria “gênero” começa a ser compreendida como construção social e cultural, regulada e sustentada nos discursos. Esse entendimento é vinculado à compreensão de que as relações de poder produzem e atuam sobre os sujeitos, manifestando-se na linguagem e nas instituições sociais e, nesse sentido, os debates sobre a(s) diferença(s) se tornam relevantes para um novo olhar

sobre a constituição das identidades individuais e coletivas. Com base em estudos pós-estruturalistas, opta-se por recusar toda e qualquer categoria que generalize a construção dos sujeitos, problematizando o apego ao binarismo homem-mulher.

Assim, propõe-se uma leitura crítica da obra de Manuela d'Ávila, a fim de refletir sobre o formato em que escreveu e publicou seu livro, além das intenções que motivaram a autora a apresentar sua trajetória de vida em torno das temáticas da maternidade e resistência. A autobiografia, nesse sentido, mostra-se uma importante ferramenta na investigação da natureza humana, misto de razão e sensibilidade, e de experiências reais, subjetivas. Desse modo, fundamentam-se os estudos de texto e discurso sob a perspectiva de Orlandi (2013) e Foucault (2004); as noções de estética do sujeito e escrita de si, também na perspectiva foucaultiana, mas incluindo as contribuições de Phillippe Leujeune (2014) em relação ao gênero autobiográfico, e provocam-se reflexões sobre gênero e maternidade, com base em Beauvoir (1970), Ribeiro (2019) e Badinter (1985).

Texto e discurso: “a palavra em movimento”

Antes de entrar nos pormenores da leitura de *Revolução Laura: reflexões sobre maternidade e resistência*, faz-se necessário um esclarecimento a respeito de aspectos fundamentais para os estudos do discurso, para além da forma e do conteúdo em questão. Entende-se que se deve levar em conta não apenas as formações linguísticas e gramaticais contidas no objeto, mas as condições de produção dos enunciados que constituem os discursos das práticas cotidianas e os discursos institucionalizados como verdade, além dos não-ditos. Assim, a fim de compreender a operação, funcionamento e impactos do discurso, dentro de um dado contexto histórico e social, faz-se necessário refletir sobre os sujeitos, as circunstâncias e a situação em que se encontram nesse dado momento/objeto que é tomado para estudo. Para tanto, apreende-se que o texto é discurso em todo o processo até o seu aparecimento e circulação:

[...] no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação [...]. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto” (ORLANDI, 2013, p. 21-22).

Nessa perspectiva, são consideradas fundamentais as contribuições de Michel Foucault (2004) para que se evidencie o processo de construção de sentidos e a relação entre os procedimentos de controle para/com as diferentes práticas, os sujeitos, as instituições sociais e a produção do discurso. Assim, pode-se alcançar uma reflexão sobre as condições de existência dos discursos acionados em *Revolução Laura* e suas facetas, enquanto linguagem, ao passo em que a autora do livro concebe uma noção de si mesma. Haja vista que “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (ORLANDI, 2013, p. 15), toma-se o sujeito, a Manuela, como objeto de conhecimento e, ao mesmo tempo, sujeito que conhece – os saberes, as verdades, modificando-os e se inserindo na ordem do discurso.

Sendo assim, entre os aspectos essenciais para a compreensão dos discursos sobre gênero, feminismo e maternidade, leva-se em conta o formato da obra *Revolução Laura*, o conteúdo que circula e o público leitor. Para tanto, chama-se atenção, particularmente, à autora que evidencia esses discursos a partir dos registros pessoais que compõem sua trajetória de vida, sem recusa à subjetividade de suas experiências, contidas no livro autobiográfico. O gênero literário adotado, por sua vez, é caracterizado por uma espécie de pacto entre autor e leitor, e se torna uma importante ferramenta de pesquisa nas Ciências Sociais, devido à possibilidade de se extrair, a partir da leitura, conteúdos relativos à vida do indivíduo em sociedade.

Nesse sentido, Philippe Lejeune (2014) escreve sobre as diferentes possibilidades de escritas do eu, incluindo os gêneros diário, memórias, poema e a narrativa autobiográfica em prosa: “Narrativa, dialética, poesia, todas as formas são mobilizadas em busca do eu, tudo é possível” (p. 89). É mesclando esses formatos, enfim, que a obra de Manuela d’Ávila compõe sua trajetória de vida e propõe ao leitor uma reflexão sobre a ocupação de espaços públicos e políticos pelo sujeito desse discurso, na identificação para/com a mulher e a mãe, potenciais sujeitos do feminismo, no contexto brasileiro. Apesar de real, a leitura de narrativas autobiográficas pede que o leitor esteja atento também aos não-ditos da história, partindo de um olhar crítico às intenções daquela que escolheu expor sua intimidade, seus segredos e sua vivência particular.

A palavra “autobiografia”, aliás, que muitos suspeitam de ser sectária, vem sofrendo a concorrência de algumas expressões mais

abrangentes, mais flexíveis. No fim dos anos de 1970, começou-se a falar de “relatos de vida” (...): a expressão tem virtudes interdisciplinares, designa um terreno comum aos literários e aos especialistas de ciências humanas: engloba a narrativa oral (que “-grafia” exclui) e a hetero- (que “auto-“ exclui) sem deixar de respeitar o contrato de verdade. No início dos anos 1980, e até hoje, outras expressões como “escritas do eu” ou “escrita de si”, surgiram com uma função um pouco diferente, às vezes em programas de provas e concursos. Tratava-se, dessa vez, de ampliar o campo, incluindo a “verdadeira” literatura, isto é, a ficção, fazendo do pacto de verdade uma especificação secundária. Quanto à passagem, nessas fórmulas, do “eu” ao “si”, desconfio que haja aí um reflexo do pudor cristão. Pascal disse isso: “O eu é detestável,” O “si” tem um lado búdico, geral, altruísta – é mais aceitável (LEJEUNE, 2014, p. 95).

A escrita de si, portanto, mostra-se inevitavelmente baseada na memória individual a partir de um conjunto de influências externas que nutrem a memória coletiva. Na concepção de Maurice Halbwachs (1990), há uma combinação, desde o lugar³ que se ocupa, o contexto em que se vive e as relações que são mantidas entre os sujeitos e os diferentes meios, resultando em “uma série de pensamentos coletivos em emaranhadas” que vêm a formar a consciência individual. Semelhante a esta apreciação, o estilo de escrita de Manuela d’Ávila, em *Revolução Laura*, obra caracterizada como “um recorrido mental e afetuoso de impressões que parecem bilhetes, crônicas eventuais ou anotações em guardanapos de papel” (DÁVILA, 2019, p. 4), destaca a importância que a autora atribui às temáticas propostas.

A partir de sua vivência pessoal, portanto, pode-se observar como Manuela elabora uma ideia de si mesma, do seu comportamento e da sua relação para/com o sistema de regras sociais, sugerindo uma estética de sua própria existência, conforme a noção foucaultiana de que “constituímos diretamente nossa identidade por meio de certas técnicas éticas de si” (FOUCAULT, 2004, p. 301), Ademais,

Da Antiguidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente a busca de uma ética pessoal para uma moral como obediência a um sistema de regras (...). Não houve apenas uma transformação nas preocupações, mas também no discurso filosófico, teórico e crítico: de fato, na maior parte das análises feitas, não se sugeria às pessoas o que elas deveriam ser, o que deveriam fazer, no que deveriam crer e pensar. Tratava-se antes de fazer aparecer de que modo, até hoje, os mecanismos sociais tinham funcionado, como as formas de repressão e de imposição tinham atuado e, a partir disso, me

³ Nesse contexto, a concepção de lugar a qual me refiro, com base em Halbwachs, está relacionada à noção de espaço físico, geográfico, mas também às relações mantidas com o meio e as pessoas que o circundam.

parece que se permitia que as pessoas tivessem a possibilidade de se determinar, de fazer – sabendo tudo isso – a escolha de sua existência (FOUCAULT, 2004, p. 290).

Em relação ao público leitor que a escritora parece querer alcançar com esse primeiro livro editado e publicado, considera-se a lógica proposta por Lejeune (2014), de que um primeiro livro é capaz de tornar uma escritora, enfim, consagrada, conhecida publicamente e, possivelmente, aclamada por uma parcela de leitores. No contexto em questão, a autora foi candidata à vice-presidência do Brasil, já sendo figura pública e notória país afora: Manuela conquistou simpatizantes e um público brasileiro eleitor e, com o livro, torna-se ainda mais familiar ao expor sua intimidade, sua existência, conquistas e perdas, fidelizando um público leitor. Percebe-se que a autora se dirige especialmente às mulheres, sensibilizando-as com a história de sua luta enquanto *mulher, militante e mãe*, os três eixos em torno dos quais nos conta a sua vivência.

A musa do congresso: uma estética de si mesma

A narrativa *Revolução Laura* orienta o leitor para a construção da figura de Manuela, por meio do instrumento autobiográfico e com conteúdo que se atém à subjetividade. Pensando nisso, são propostos alguns pontos importantes para consideração: de início, chama-se atenção ao estilo de escrita da autora, que opta por contar sua trajetória de vida de forma não-linear, alternando entre o que parecem ser (1) registros de memórias, reflexões avulsas, letras de poesias/poemas; episódios e situações vivenciadas; (2) recordações da infância, lembranças dos lugares por onde passou e/ou viveu e fatos marcantes de sua vida, além de (3) registros escritos para Laura – cartas. “Passeando” entre as possibilidades do gênero autobiográfico, Manuela escreve sobre política e feminismo, posicionando-se contra o título de “Musa do Congresso” e, aos poucos, reconstruindo-se como uma “mulher de luta”.

Uma guria, vinda do movimento estudantil, com votação estrondosa, a maior do Rio Grande do Sul, a mulher mais votada da história do estado. Absolutamente observada por todos. A "Musa do Congresso", eles diziam. Eu me incomodava, tentava responder: "Não concorri a um cargo de beleza, essa não é minha praia, eu vim do movimento estudantil". Meu protesto não era ouvido e não era sequer acolhido por outras pessoas de esquerda, nem mesmo por algumas mulheres. Era outro tempo. Lá em 2006/2007 o feminismo estava fora de moda, os

jornais só se referiam a mim dessa maneira e eu não encontrava acolhimento de verdade em quase ninguém (DÁVILA, 2019, p. 25).

Tendo em mente a Manuela d'Ávila que se candidatou à presidência do Brasil e concorreu como vice, o público leitor da autobiografia faz um esforço para conectar os recortes sem linearidade da escritora. Diferentemente da marcação de tempo que se espera encontrar nos textos desse gênero (a sequência “padrão” *nascimento-infância-vida-morte*), é possível absorver uma lógica cronológica de vida da “Manu” que, antes de ser mãe, é militante; antes de ser militante, é mulher (*mulher-militante-mãe*). Apreende-se, portanto, que a figura de Manuela não pode dissociar-se desses três aspectos de sua vida, que resultariam no que ela é, no que acredita e naquilo que defende, mesclando razão e sensibilidade.

A respeito das temáticas abordadas, apresentadas pela autora desde a capa (“reflexões sobre maternidade & resistência”), tornam-se artifícios para que Manuela componha, publicamente, uma estética de si mesma. A autora traz à tona as questões de gênero e maternidade e se mostra solidária à causa feminista, embora por vezes se volte aos padrões impostos socialmente, mesmo que não seja intencional. Possíveis problemas, entre os ditos e os não-ditos, tornam-se evidentes nas controvérsias entre a vitimização feminina e a convocação à luta feminista; o reconhecimento das várias possibilidades de ser mulher e mãe, e o equívoco de posicionar-se como sujeito universal; e, ainda, o apelo à não-romantização da maternidade, embora toda a edição se volte à sensibilização de mulheres/mães.

Nesse sentido, faz-se necessária uma leitura atenta à obra autobiográfica, sempre ponderando sobre quais seriam as intenções da autora, sendo a leitora/o leitor assegurada/o pelo pacto de verdade:

[...] uma das críticas feitas à ideia de pacto é que ela supõe reciprocidade, um ato em que duas partes se comprometem mutuamente a fazer alguma coisa. Ora, no pacto autobiográfico, como, aliás, em qualquer contrato de leitura, há uma simples proposta que só envolve o autor: o leitor fica livre para ler como quiser. Isso é verdade. Mas se decidir ler, deverá levar em conta essa proposta, mesmo que seja para negligenciá-la ou contestá-la, pois entrou em um campo magnético cujas linhas de força vão orientar sua reação. Quando você lê uma autobiografia, não se deixa simplesmente levar pelo texto como no caso de um contrato de ficção ou de uma leitura simplesmente documentária, você se envolve no processo: alguém pede para ser amado, para ser julgado, e é você quem deverá fazê-lo. De outro lado, ao se comprometer a dizer a verdade sobre si mesmo, o

autor o obriga a pensar na hipótese de uma reciprocidade: você estaria pronto a fazer a mesma coisa? (LEJEUNE, 2014, p. 85).

Na sequência, o conteúdo do livro se torna alvo de um olhar atento, partindo do pressuposto de que, conforme praticavam os gregos, na Antiguidade, o relato de si mesma constitui um constante movimento entre pensamentos/reflexões e ações/comportamento. Conforme lembra Foucault (2004), “em Sêneca, ou em Marco Aurélio, às vezes também em Plínio, a narrativa de si é a narrativa da relação consigo mesmo” (p. 157). O autor, ao se aprofundar no estudo das práticas antigas, fala sobre diferentes possibilidades de escrita do eu, incluindo a narrativa epistolar de fatos/acontecimentos, semelhante à prática que Manuela adota em *Revolução Laura*: “No caso do relato epistolar de si mesmo, trata-se de fazer coincidir o olhar do outro e aquele que se lança sobre si mesmo ao comparar suas ações cotidianas com as regras de uma técnica de vida” (FOUCAULT, 2004, p. 162).

Conforme se lê *Revolução Laura*, é possível identificar algumas controvérsias na escrita da autora, visto que, ao mesmo tempo em que reconhece seus privilégios e diferenças, Manuela usa do discurso feminista para afirmar conhecimento de causa, de luta, e sugere falar por todas as mulheres que não têm a mesma visibilidade e a notoriedade que ela, uma figura pública. Nesse contexto, não se pode desvincular a figura da autora, reconstituída por ela mesma, da figura política que concorreu à vice-presidência do país, condição que favorece e regula a circulação desse discurso, a partir de uma posição e de uma intenção política.

De vez em quando me chamam de feminista radical. Não sou aquilo que conceitualmente é considerado uma feminista radical. Mas confesso: parir e parir uma menina me fez ter muito mais pressa na busca pela materialização de nossas pautas feministas. Porque percebi, com a maternidade, o peso do machismo nas estruturas de nossa sociedade. Porque por Laura tenho ainda muito mais medo da violência sexual, tenho muito mais pavor das caixas que nos enquadram. Quero Laura livre, quero dormir tranquila, quero equidade. Luto por mim, luto por ela, luto por todas nós. Vamos juntas, juntos, juntos? (DÁVILA, 2019, p. 154).

Avalia-se, em alguns trechos, que Manuela d'Ávila tem ciência e reconhece os marcadores sociais da diferença, sabendo até que ponto pode, ou não, alcançar o público de seu interesse, mas usa dos artifícios possíveis para mostrar empatia e compaixão com relação às *outras* (mulheres). Nessa lógica, a escritora mostra ter consciência de classe e

das condições sociais normativas, provocando a identificação com parte das mulheres brasileiras. Entretanto, mesmo supondo que todas as mulheres do país tivessem acesso e pudessem ler o livro, em muitos aspectos o discurso não seria passível de sensibilizar a outra parcela de mulheres que, sendo negras e/ou pobres e/ou nordestinas e/ou lésbicas, por exemplo – baseando-se em uma oposição às condições de existência de Manuela –, perceberiam uma realidade muito distante de suas vivências e experiências particulares.

Em consonância com o que explica Djamila Ribeiro (2019),

A insistência em não se perceberem como marcados, em discutir como as identidades foram forjadas no seio das sociedades coloniais, faz com que pessoas brancas, por exemplo, ainda insistam no argumento de que só elas pensam na coletividade; que pessoas negras, ao reivindicarem suas existências e modos de fazer político e intelectuais, sejam vistas como separatistas ou pensando somente nelas mesmas. Ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais (RIBEIRO, 2019, p. 31).

É nesse sentido que a escritora se volta, mais precisamente, à questão da maternidade, instituída como uma verdade absoluta e compulsória para todas as mulheres – nesse caso, nos termos do binarismo *homem-mulher*. Comunicando-se na terceira pessoa do plural, “*nós*”, a escritora busca se igualar a todas as mulheres brasileiras para tratar das dificuldades de ser mãe e ocupar espaços públicos de poder, junto com sua filha Laura, assumindo a perspectiva beauvoiriana de que “os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handcap*” (BEAUVOIR, 1970, p. 14). Além disso,

Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política etc., maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse

mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam. Recusar ser o Outro, recusar a cumplicidade com o homem seria para elas renunciar a todas as vantagens que a aliança com a casta superior pode conferir-lhes. O homem suserano protegerá materialmente a mulher vassala e se encarregará de lhe justificar a existência: com o risco econômico, ela esquiva o risco metafísico de uma liberdade que deve inventar seus fins sem auxílios. Efetivamente, ao lado da pretensão de todo indivíduo de se afirmar como sujeito, que é uma pretensão ética, há também a tentação de fugir de sua liberdade e de constituir-se em coisa (BEAUVOIR, 1970, p. 14-15).

Além da Manuela-mulher, destaca-se também a Manuela-mãe, quando ela conta a sua experiência com a maternidade. A autora questiona o contexto normativo que “obriga” as mulheres a serem mães – “boas mães” – aprofundando nas problemáticas do “relógio biológico”, da amamentação e do querer ser mãe. Em parte da narrativa, ela conta que sempre quis ser mãe, “impregnada dessa ideia de que toda mulher adulta e realizada é mãe” (DÁVILA, 2019, p. 77), e fala sobre como, aos 31 anos de idade, sentiu-se pressionada pelo “relógio da sociedade machista” e sofreu com a possibilidade de não gestar uma criança. O relato passa pela história de quando engravidou, da gestação, do parto e da vida de Laura, que junto à mãe ocupa os espaços públicos de poder e, por isso, desde criança já incomoda.

Entre as questões mais valoradas, dentro deste eixo de conteúdo, no contexto das discussões de gênero e feministas, há o debate a respeito da amamentação e a estranheza com que outros (mulheres e homens) observam mães e filhas em público. Ao compartilhar seus registros sobre as várias ocasiões em que incomodou, publicamente, a escritora nos leva a refletir sobre como se espera que as mães sejam mães dentro de suas casas – cuidando, educando e alimentando –, sujeitas a grandes limitações que as levam a abdicar de quaisquer outros aspectos de suas vidas: a partir do momento em que se é mãe, você não deveria se preocupar com nada mais, além de ser mãe. Conforme contextualiza Badinter (1985, p. 185), “a mulher ideal seria a que mais se aproximasse da fêmea”:

Por mais que se condene o luxo depravador, prevalece o fato de que, quanto mais rica e culta é uma nação, mais as mães renunciam à sua condição materna. Sem dúvida as fêmeas dos animais eram melhores modelos, pois não se temia que evoluíssem ou sofressem os efeitos perniciosos da cultura. Foi por isso que se recomendou às mães imitar a sábia atitude de todas as espécies de fêmeas, que ‘obedeciam melhor

do que elas aos impulsos da natureza'. Entre essas fêmeas, encontra-se o estado ideal de pura natureza, um instinto não desnaturado pelo interesse, isto é, o instinto materno não desviado pelo egoísmo da mulher (...). Compreende-se por que, há tanto tempo, a maioria desses humanistas viam com tão maus olhos a educação das mulheres. Boas reprodutoras, sem curiosidade nem ambições, era o que lhes convinha. Uma vez que a razão corre o risco e ser corrompida pelos preconceitos, mais vale que a das mulheres continue adormecida! (BADINTER, 1985, p. 185-187).

É sob essa perspectiva que Manuela fala sobre as limitações de se exercer a maternidade, particularmente enquanto figura pública que, mais ainda, é observada e criticada por suas decisões e práticas. Ao mesmo tempo em que apoia a não-romantização da maternidade, Manuela cai na tendência a romantizar; compartilha as suas dificuldades enquanto mãe, nos seguintes termos: uma mulher adulta, branca, casada com um homem, com condições financeiras, que tem um alto nível de educação, estabilizou-se na carreira e optou por tentar engravidar, “dando luz” à Laura. Deve-se considerar, portanto, que as dificuldades encontradas por Manuela, ao longo do caminho, são diferentes da realidade de mulheres marginalizadas que se tornaram mães (por opção ou não). Sendo uma história sua e com base na sua vivência, a escritora acaba por se distanciar do objetivo suposto de se identificar com todas as mulheres brasileiras.

Pouco antes de Laura nascer, lembro que saí do banho e passei pelo espelho do banheiro. Olhei para o meu reflexo e pensei: nunca mais eu serei essa pessoa. Posso ser melhor, posso ser pior, mas todos os dias vão ser diferentes, pra sempre eu vou ser também a mãe de Laura. nesse dia eu chorei muito. Chorei como nunca e me despedi daquela que fui até então. Quando Laura fez três anos tomei meu banho, passei pelo mesmo espelho e pensei na mulher que refleti ali (DÁVILA, 2019, p. 184).

Eu te olho e te amo, filha. Quando nasceste eu queria construir um outro verbo para definir o buraco aberto em meu peito. O que eu sentia por ti era um furacão, um salto de paraquedas, um tsunami. Depois compreendi que essa revolução faz com que a gente ame muito profundamente o mundo e a humanidade (DÁVILA, 2019, p. 186).

Fotografias de Laura ou de Manuela junto à filha, estampadas por entre as páginas do começo ao fim do livro, ilustram as histórias narradas por Manuela e reforçam o apelo à sensibilidade de quem lê o texto. Toda essa edição acaba por sugerir

que, no fim das contas, há uma compensação em assumir a maternidade, ocupar os espaços públicos de poder, superar as expectativas alheias e cumprir com a normatividade da família tradicional, tudo isso com o desafio de não renunciar a si mesma e às suas necessidades. Desse modo, pode-se inferir que a autora sustenta o distanciamento entre ela e outras mulheres, que, por algum motivo, não alcançam a realidade que ela escolheu tornar pública e verdadeira.

Por sua vez, a constituição de uma Manuela militante se dá, de forma mais evidente, nos trechos em que conta a sua trajetória política, desde o movimento estudantil, sua juventude, sua atuação enquanto deputada e a disputa à prefeitura, até os dois anos (2017 e 2018) de campanha na candidatura à presidência e, posteriormente, a vice-presidente do Brasil, viajando por todo o país. Sem a possibilidade de se dissociar dos eixos “mulher” e “mãe”, a escritora registra as dificuldades que encontrou durante sua carreira política, episódios marcantes vivenciados dentro do congresso, por exemplo, e mesmo situações cotidianas, ao ser reconhecida nas ruas – não pelo fato de ser política, mas por ser mulher e mãe. É perceptível que ela se volta aos aspectos desafiadores que, um a um, foram superados – e torna-se evidente mais um traço comum aos textos de caráter biográfico: a passagem da condição de vítima à condição de heroína:

Existem duas questões que tornam toda a violência política de gênero que sofri pequena. A primeira é a tarefa que eu mesma me dei de debater as saídas para a crise brasileira também sob a perspectiva de gênero. Falar para as mulheres brasileiras que atentem, pois a diminuição do Estado numa sociedade machista é uma punição a mais para nós, mulheres. Falar em todos os espaços que a reforma trabalhista é ainda mais cruel com as mulheres trabalhadoras. Nós somos parte essencial da construção de um Brasil diferente. A segunda é a existência de um movimento feminista revigorado e que não cala. Uma roda de sororidade, de empatia. Um grau de relacionamento muito mais solidário entre a maior parte das mulheres que fazem política. Uma identidade mais nítida que nos une. Sei que conto com milhares de mulheres que, mesmo não concordando com minhas ideias, são minhas parceiras na luta contra a violência política de gênero. “Tamo” juntas! (DÁVILA, 2019, p. 99).

Nessa perspectiva, Manuela toma por base a sua vivência particular na militância e no congresso, seus desconfortos e violência sofrida, e critica a cultura machista na política, em repercussão também na mídia que, muitas vezes, atribui diferentes critérios quando seleciona pautas jornalísticas sobre políticos homens, ou políticas mulheres –

valoradas sempre na aparência, não nas competências. Então, seguindo o raciocínio formatado pela autora da narrativa, o leitor pode assimilar que seu posicionamento político se voltou às questões de gênero motivada pelo contexto em que sofreu machismo, violência física, protagonizou notícias falsas e teve sua capacidade subestimada. Manuela levanta a bandeira feminista, sem entrar nos pormenores interseccionais, propondo “uma identidade nítida” (2019, p. 99) que une todas as mulheres.

Levantando a política sob uma perspectiva de gênero e colocando em pauta os direitos das mulheres, a escritora aciona todas as interessadas no combate às estruturas que limitam as condições de existência e resistência feminina, notadamente se promovendo como figura política. Traz-se para o debate a relação de poder entre homens e mulheres, relação que as posiciona em constante estado de dominação, especialmente nos espaços de discussões políticas, onde os homens ainda são maioria. Dessa vez, sem romantizar a condição de vítima, evoca-se a luta, a ação e a subversão dessa normativa social. Entre as reivindicações e possibilidades de resistência, a escritora defende o direito ao trabalho, à ocupação de lugares públicos de poder e o direito à escolha – ser mãe ou não.

Considerações finais

A partir da leitura e interpretação do que Manuela constituiu de si mesma em *Revolução Laura*, é possível compreender como o formato escolhido pela autora favorece a sua condição política, ao mesmo tempo em que é favorecido por esta. Ou seja, a posição ocupada pela escritora – social, econômica e politicamente – possibilitou a formação e possibilita a circulação desse discurso, de essência problematizadora. Ela se insere no discurso de modo a fortalecer a sua imagem de mulher, mãe e militante, compondo sua história da forma mais conveniente para envolver o público leitor e sensibilizar.

Em relação a esse público, é possível que tenha conquistado muitas mulheres que vivem realidades semelhantes à sua. Muito embora não quisesse tornar essa uma realidade desejável, ou reforçar a ideia da maternidade compulsória, avalia-se que esta pode ser uma história frustrante para muitas leitoras ou apenas desinteressante, devido à

falta de identificação. Manuela d'Ávila constitui sua história, a partir da sua verdade, elaborando, transformando e atingindo um certo modo de ser (FOUCAULT, 2004).

Então, conhecendo sua vivência, pode-se reforçar a ideia de que existe um sujeito universal ou marcarem-se ainda mais as diferenças entre uns e outros, a depender da subjetividade e interpretação pelo leitor. A escrita de si, no entanto, já permitiu à autora compor sua própria existência para os outros, expondo ao julgamento e críticas a sua essência (razão e sensibilidade) e relacionando ações cotidianas às regras socialmente impostas. Assim, o texto é publicado e está em circulação, para novas leituras, releituras, e diferentes perspectivas de análise.

Referências

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltersir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia de Livros, 1970.

DÁVILA, Manuela. **Revolução Laura: reflexões sobre maternidade e resistência**. Rio Grande do Sul: Belas Letras Ltda, 2019.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2. ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Ética, sexualidade e política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 11. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Org. Jovita Maria Gerheim Noronha. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMA, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2017.